

Movimentos Sociais de luta por terra e moradia em Alagoas/Brasil: luta por Reforma Agrária e Reforma Urbana

Sérgio da Silva Santos¹

Resumo

O presente estudo trás uma reflexão em torno da questão identidade e dos conflitos que emergem das lutas sociais no campo da reforma agrária e reforma urbana pelo Movimento Terra Trabalho e Liberdade em Alagoas/Brasil. Esse artigo é fruto de uma pesquisa de campo realizada durante o período de um ano em que utilizamos da pesquisa participante como norteador metodológico. Durante a pesquisa compreendemos as dinâmicas sociais e políticas que esse movimento tomou a partir do uso da identidade, e quais os reflexos dessas questões em torno dos conflitos durante esse processo.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Identidade. Conflitos.

Abstract

This study brings a reflection on the question of identity and conflicts that emerge from the social struggles in the field of agrarian reform and urban reform movement by Earth Work and Freedom in Alagoas / Brazil. This article is the result of field research conducted during the period of a year in which use of participatory research methodology as a guide. During the research we understand the social and political dynamics that this movement took from the use of identity and what the consequences of these issues around the conflicts during this process.

Keywords: social movements. Identity. Conflicts

INTRODUÇÃO

Durante um ano realizamos, a partir de uma observação participante, algumas reflexões sobre a atuação do Movimento Terra Trabalho e Liberdade, em Alagoas/Brasil. Nesse período, tentamos compreender as dinâmicas de lutas desenvolvidas por esse movimento social em torno das questões sociais por moradia no âmbito urbano e por reforma agrária no contexto rural. Durante o período de pesquisa acompanhamos diversas práticas que nos fizeram pensar em dois aspectos importantes para nossa análise sociológica, primeiro a questão da identidade, segundo a questão dos conflitos sociais emanados pelas disputas por moradia e terra.

¹ Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe, UFS, Brasil.

Antes de entrarmos de fato no problema da nossa pesquisa, é preciso contextualizar historicamente esse movimento social. O MTL² surgiu em 2002 em Goiás/Brasil, com a unificação de três movimentos sociais: o MLS – Movimento de Luta Socialista, o MT – Movimento dos Trabalhadores e o MLST de Luta – Movimento de Libertação dos Sem-Terra de Luta. Em Alagoas, o MTL surgiu a partir do MT – Movimento dos Trabalhadores. (MTL, 2002) Esses movimentos unificaram a luta do campo com a luta social urbana, sendo assim, lutam por Reforma Agrária e Reforma Urbana. Desde 2006, o MTL reivindica essas pautas, a partir dos programas de moradia do Governo Federal e do Programa de Reforma Agrária.

Em 2007, um ano após seu surgimento em Alagoas, o Movimento Terra Trabalho e Liberdade, põe em prática uma estratégia inovadora nas lutas sociais. A partir da articulação das lutas do campo, por reforma agrária, mobilizou sua base social para a realização de duas ocupações na cidade. Esse movimento desde então se tornou um ator social importantíssimo no contexto de tentar ressignificar o direito à cidade, como também os sentidos das ocupações urbanas. Ao pautar a luta por moradia este movimento questiona uma cultura urbana que antes se voltava simplesmente à lógica mercadológica do espaço urbano, ou seja, põe em xeque uma dinâmica hegemônica do mercado imobiliário nas áreas tidas como “ociosas” de Maceió.

Antes do movimento social se inserir no contexto urbano em disputas por moradia, não houve tal mobilização em momento histórico algum em Alagoas. É de fato, algo inédito. Pensar sobre mobilizações por moradia em Alagoas antes da atuação desse movimento é procurar algo inexistente. O que encontramos durante nossa pesquisa, foram ações do próprio governo em deslocar moradores de assentamentos subnormais urbanos considerados áreas de risco e assentá-los em locais distantes do centro urbano da capital alagoana. Ou seja, não houve qualquer mobilização organizada em torno dessa questão específica. Também não encontramos registros na literatura, ou descrições sobre eventos de mobilização social organizada por moradia em Alagoas. Alberto Meluci (1989) aponta algumas dimensões em torno dos movimentos sociais e suas mudanças diante das complexidades sociais na contemporaneidade.

As novas formas de agregação social têm uma natureza permanente e não-conjuntural. Elas coexistem com outras categorias mais consolidadas (como as classes, grupos de interesse e associações) e, embora variem em suas formas empíricas, são um componente estável e irreversível dos sistemas sociais contemporâneos. (p. 50).

² Este movimento ocorreu também, neste período, em outros estados brasileiros, como no Piauí, Minas Gerais, Pernambuco, Paraíba, Rio de Janeiro e São Paulo.

Do ponto de vista das mobilizações por reforma agrária, Alagoas possui um histórico vasto de movimentos sociais que disputam recursos em torno desta pauta, as ciências sociais detêm uma literatura imensa sobre a temática. O Movimento Terra Trabalho e Liberdade, tendo como pressuposto histórico sua unificação com outros movimentos, possui décadas de experiências de lutas sociais por reforma agrária no Brasil. O que chamou a atenção para realizarmos as reflexões sobre este movimento foram às articulações produzidas em sua base social, que buscou construir um sentimento de solidariedade entre os atores sociais envolvidos nas lutas que, em certo sentido, buscavam objetivos semelhantes, no entanto, em espaços diferentes. Sendo assim, buscamos realizar reflexões sobre as relações de conflitos e de identidade destes atores sociais envolvidos no processo de construção das lutas e consequentemente identificar as dinâmicas destas ações no cenário urbano da cidade.

É importante compreender que a dimensão dos conflitos que estamos nos orientado, é baseada nas premissas epistemológicas de Georg Simmel (1983; 2006) e sua concepção de sociação. Para Simmel (2006), “todas as formas de interação e sociação entre os seres humanos – como o desejo de superar o outro, a troca, a formação de partidos, o desejo de ganhar, as chances de encontro e separações casuais, a mudança entre oposição e cooperação, o engodo e a revanche –, tudo isso, na seriedade da realidade, está imbuído dos conteúdos intencionais”. (2006, p.72).

No que concerne à identidade estabelecemos uma interlocução com Melluci (2001) que entende a identidade coletiva dentro de uma discussão que pressupõe algumas orientações no campo da autorreflexão dos sujeitos sociais, tanto no campo das relações cotidianas, quanto no campo simbólico. Também requer dos sujeitos a construção de uma relação de pertencimento e solidariedade, como também de uma noção temporal de durabilidade das relações.

Nesse sentido, as ciências sociais possui vasta literatura sobre a temática que julgamos importante destacar algumas. Também tentamos apresentar argumentos válidos sobre o uso da metodologia, proposta da pesquisa e instrumentos utilizados. O uso da literatura sobre movimentos sociais nos possibilitou analisar o Movimento Terra Trabalho e Liberdade do ponto de vista objetivo e subjetivo, bem como possibilitou em alguns momentos construir problematizações no campo. E o uso da pesquisa participante nos garantiu colocar à prova esses questionamentos e também nossa hipótese. A nossa participação direta no Movimento Terra Trabalho e Liberdade durante um ano nos possibilitou entender as dinâmicas de forma mais clara e também acessar determinados códigos e linguagens construídas por esses atores sociais.

MARCO TEÓRICO

Do ponto de vista da produção teórica, nossa pesquisa apresenta, no primeiro momento, uma reflexão sobre movimentos sociais, citando algumas escolas sociológicas que influenciaram nossa pesquisa; no segundo momento, realizamos uma discussão sobre identidade e a questão urbana, e por fim, apontamos os questionamentos que nos nortearam sobre os conflitos emanados por esse fenômeno de disputa por terras e moradias em Maceió. Também apresentamos os pressupostos metodológicos que nortearam essa pesquisa, como, por exemplo, o campo específico de observação e os princípios da observação participante.

Os movimentos sociais se tornaram objeto de estudo da sociologia a partir da Escola Americana de Chicago. Maria da Glória Gohn (1997) enfatiza que o primeiro produto desta corrente teórica foi o trabalho de Herbert Blumer em 1949. A escola de Chicago nos ajudou a pensar os processos de modificação que os movimentos sociais desenvolveram durante a história. O movimento que analisamos apresenta características próximas à corrente teórica de Chicago, isso se apresenta na medida em que a noção de comunidade e integração é um ponto de apoio aos programas políticos desenvolvidos pelos movimentos sociais no Brasil. Sobre a Escola de Chicago, Gohn (1997) escreve:

A Escola de Chicago tinha como característica sua concepção de mudança social e o interesse particular pelos temas do “desenvolvimento de comunidade” e o processo de participação e educação “para o povo”. A participação dos indivíduos na comunidade teria um sentido integracionista, ou seja, por meio daquela participação, e utilizando-se de alguns mecanismos educativos, acreditava-se que era possível ordenar os processos sociais. Outro elemento importante anexo a Escola de Chicago é o elemento da criatividade, visto como inerente aos indivíduos, era um dos pressupostos básicos da Escola. Isso implicava unir estudos institucionais (decorrentes do método comparativo) e estudos Psicossociais (decorrentes das análises sobre as atitudes humanas, comportamentos e reações). Para a Escola, a interação entre o indivíduo e a sociedade era o enfoque básico. (GOHN, 1997, p.27).

Noutro plano da análise é importante ressaltar que utilizamos em uma etapa específica de nossa pesquisa de campo reflexões em torno da Teoria da Mobilização de Recursos. Mesmo não tendo objetivamente o mesmo campo de disputa político dos movimentos sociais dos Estados Unidos, principalmente no que concerne aos direitos civis, o Movimento Terra Trabalho e Liberdade de Alagoas/Brasil, apresentou características marcantes quando relacionado aos pressupostos desta teoria. É importante enfatizar que a maioria dos movimentos sociais no Brasil, se não todos, passaram por esse processo de influência, tanto de natureza dos métodos de organização, como também em relação às ações e obtenção de

recursos. A teoria da mobilização de recursos teve como principal característica para análise dos movimentos sociais a rejeição dos pressupostos psicológicos como foco explicativo básico das ações coletivas, assim como todas as análises centradas no comportamento coletivo dos grupos sociais e a visão dos movimentos sociais como momentos de quebra das normas daqueles grupos. (GOHN, 1997, p.50).

A utilização desta perspectiva, ou seja, da teoria da mobilização de recursos, permitiu que conseguíssemos analisar as estratégias de obtenção de recursos desenvolvidas pelo Movimento Terra Trabalho e Liberdade. A variável mais importante da teoria da Mobilização de Recursos, como o próprio nome indica, é a dos recursos: humanos, financeiros e de infraestrutura variada. Os movimentos surgiram quando os recursos se tornaram viáveis. “Posteriormente esta asserção foi alterada: os movimentos surgem quando se estruturam oportunidades políticas para ações coletivas, assim como quando facilidades e líderes estão em disponibilidade”. (GOHN, 1997, p.51)

Outra importante perspectiva teórica para pensar o Movimento Terra Trabalho e Liberdade é a questão da identidade. Durante nossas reflexões não conseguimos identificar uma identidade de movimento. Na verdade conseguimos identificar vários sentidos identitários, que discutiremos posteriormente. Mas para essa difícil análise sobre a questão, usamos a descrição de Alberto Melluci sobre identidade coletiva.

A identidade coletiva é um processo que envolve três mecanismos para a sua definição/constituição: a definição cognitiva concernente a fins, meios e campo da ação; a rede de relacionamentos ativos entre os atores que interagem, comunicam-se, e influenciam uns aos outros, negociam e tomam decisões; e, finalmente, a identidade coletiva requer um certo grau de investimento emocional, no qual os indivíduos sintam-se, eles próprios, parte de uma unidade em comum. (MELUCCI apud GOHN, 1997, p.159).

A identidade coletiva que Melluci (2001) apresenta tem características importantes que precisam ser ressaltadas. Ela está contextualizada dentro de um universo analítico dos chamados Novos Movimentos Sociais, num contexto urbano e numa perspectiva contemporânea das reflexões sobre movimentos sociais. A importância de integrar a questão da identidade coletiva em nossas observações foi fundamental para que pudéssemos encontrar o ponto de intersecção nas relações de solidariedade, organização e os conflitos imersos no cotidiano do Movimento Terra Trabalho e Liberdade.

A questão da identidade no Movimento Terra Trabalho e Liberdade toma uma dimensão complexa na medida em que sua base social, busca a todo o momento uma ligação com o lugar e com a pauta de reivindicação desse movimento. Reivindicar moradia no

contexto urbano e reforma agrária no campo, não permite aos sujeitos envolvidos nesse universo de disputa, um *locus* definitivo para as lutas. Fato que enriquece os discursos emanados por esses sujeitos no campo das reflexões sociológicas. O que podemos constatar dessas relações é que a questão da identidade não pode ser considerada, em nossas análises, como algo fixo, determinado e por si só homogêneo.

OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Nosso artigo é fruto de um trabalho de campo realizado a partir de uma pesquisa participante. Esse estudo de caso se processou durante o ano de 2010, tendo como dimensão as observações, a atuação política e social do Movimento Terra Trabalho e Liberdade em Alagoas/Brasil. Durante a pesquisa participante estivemos engajados em interpretar os discursos desse movimento, tentando de todas as formas compreender as questões identitárias e políticas que motivavam sua base social no contexto das lutas por moradia e reforma agrária. A partir de Foucault (1986) entendemos o discurso como “práticas que foram sistematicamente os objetos de que falam.” (p.56)

A participação em reuniões com representantes do governo local e nacional, como por exemplo, a Secretarias de Habitação do Estado de Alagoas, e Secretaria Municipal de Habitação de Maceió/Alagoas, como também com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA nos permitiram ter a oportunidade de entendermos as dimensões das disputas imanadas por esse movimento. A nossa participação nas atividades políticas, como “ocupações” em áreas consideradas improdutivas e “determinadas” pelo movimento como de interesse social, nos possibilitou vivenciar as questões objetivas e subjetivas dos sujeitos inseridos nesse contexto.

Para Mauro Roese (1998:198) o estudo de caso propõe que o pesquisador obtenha uma grande quantidade de informações de um único caso, sendo acentuadamente um estudo qualitativo. Segundo o autor, o estudo de caso, enquanto técnica de levantamento de dados empíricos permite-nos o acesso às informações privilegiadas e detalhadas sobre uma determinada realidade social. Para o mesmo, se estudamos um grupo social excluído, podemos descrever com clareza um processo social de exclusão. Por isso optamos em realizar um estudo de caso, usando como instrumento a pesquisa participante. Dada à complexidade do nosso objeto de análise, não poderíamos utilizar outro dispositivo metodológico. Para

Franz Rudio (1986) o campo científico da ciência é a realidade empírica. Ou seja, é importante que compreendamos a necessidade da observação como mecanismo e ponto de partida para todo estudo científico, tendo também como pressuposto metodológico a necessidade de se delimitar o objeto.

A observação participante teve papel fundamental para nossa pesquisa. Esse instrumento de observação sociológica que tem como fundamentação a interação entre o pesquisador e o objeto empírico, permitiu uma rica catalogação de dados sobre nosso tema, como também permitiu aprofundar a análise sobre a questão da identidade, movida por esse trabalho. Haguette (2007) nos traz uma reflexão a partir de outros autores sobre esse instrumento de pesquisa.

Definimos a observação participante como um processo no qual a presença do observador numa situação social é mantida para fins de uma investigação científica. O observador está em relação face a face com os observados, e, em participando com ele em seu ambiente natural de vida, coleta dados. Logo, o observador é parte do contexto sendo observado no qual ele ao mesmo tempo modifica e é modificado por este contexto. O papel do observador participante pode ser tanto formal como informal, encoberto ou revelado, o observador pode dispensar muito ou pouco tempo na situação da pesquisa; o papel do observador participante pode ser uma parte integrante da estrutura social, ou ser simplesmente periférica com relação a ela. (HAGUETTE 2007 apud SCHWARTZ; SCHWARTZ, 1955, p.19).

Nossa presença no Movimento Terra Trabalho e Liberdade durante o período da pesquisa também possibilitou a esse movimento algumas reflexões no campo da atuação política, na medida em que propomos avançar na criação de redes de solidariedade com alguns setores da sociedade alagoana, como a Universidade Federal de Alagoas e agremiações estudantis. Com a nossa participação como pesquisadores construímos mecanismos que possibilitaram aproximação à Universidade e aos Centros Acadêmicos estudantis, possibilitando uma maior visibilidade nas pautas políticas e sociais desse movimento. Durante a pesquisa, realizamos projetos de extensão universitária e acampamentos de vivência nas áreas urbanas e rurais construídas pelo Movimento Terra Trabalho e Liberdade, o que ofereceu para ambos um maior contexto de solidariedade e reconhecimento.

Haguette (2007) traz uma reflexão importante em torno da pesquisa participante, especificamente quanto à relação pesquisador-pesquisado. A autora traz a discussão de que aparentemente esse método transgrediu o princípio da “objetividade” por admitir uma atuação ativa do observador no meio, ou melhor, o problema da interferência inevitável do observador, pelo simples fato de ele representar alguém “de fora” e da interferência deliberada em instâncias, onde o pesquisador tem por objetivo, não somente a coleta de dados,

mas também a modificação do meio. Haguette (2007) concordando com os autores Schwartz e Schwartz (HAGUETTE 2007 apud SCHWARTZ; SCHWARTZ, 1955) afirma que não se tem incompatibilidade entre “objetividade” e “intervenção”, ao contrário, a natureza e qualidade dos dados pode se aperfeiçoar quando o pesquisador desempenha um papel ativo na modificação de certas condições do meio, alterando a relação com os observados.

Em nossa pesquisa, seguimos atentamente as orientações desse instrumento metodológico para não cair em erro. Mas também não foram os cuidados exagerados que nos permitiram dar objetividade ao trabalho, mas sim à compreensão existente e o processo de interação construído entre os agentes pesquisadores e os atores sociais do Movimento Terra Trabalho e Liberdade, que entendeu as necessidades do estudo e compartilhou de forma solidária da ideia da pesquisa. Acreditamos que esse passo foi de fundamental importância para a manutenção do pensamento científico da nossa pesquisa. Dessa forma, passamos por quatro etapas anteriores ao campo, a primeira etapa foi a construção de uma rede de pessoas que nos proporcionasse a aproximação e entrada no movimento; a segunda etapa tratou-se, após finalizar a primeira, de apresentar o projeto de pesquisa às lideranças do Movimento Terra Trabalho e Liberdade; a terceira etapa tratou de executar o projeto; e a quarta e última etapa foi a de avaliação do trabalho, junto com integrantes do movimento, após o término da pesquisa. Avaliamos que o uso deste instrumento de análise sociológica possibilitou a obtenção de dados variados e um universo denso de informações nos permitiu enriquecer nosso estudo.

REFLEXÕES EM TORNO DO MOVIMENTO TERRA TRABALHO E LIBERDADE

A questão do urbano e do rural é central nas relações sociais após a revolução industrial. O desenvolvimento da cidade em detrimento do campo possibilitou mudanças fundamentais nas relações de poder e no cotidiano da sociedade. Entendemos cotidiano como pensa Agnes Heller (2004), em que “o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias”. A autora enfatiza que a principal característica da vida cotidiana é a heterogeneidade, principalmente no que se refere às partes da vida cotidiana como: “a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercambio e a purificação”. (P. 17-18). Ou seja, as

dinâmicas sociais produzidas na sociedade brasileira traçaram inúmeras possibilidades de viver a cidade, principalmente a busca por melhores condições de vida.

As migrações no Brasil, comuns em todos os períodos históricos desde a república, tornaram-se efetivas principalmente na década de 1970. Com o avanço da produção industrial nos grandes centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro, a migração torna-se uma alternativa ao meio rural. A partir deste período temos um acentuado crescimento da população urbana, que ultrapassa demograficamente a população rural. Os reflexos desse cenário de inchaço da cidade congestionam a geração de emprego, e aprofundam ainda mais as desigualdades sociais no país.

Brito (2009) enfatiza que a trajetória da migração mobilizava a esperança por melhorias de vida que nem sempre eram efetivadas. O mesmo afirma que

(...) os grandes aglomerados metropolitanos eram os lugares, por excelência, onde era possível viabilizar a articulação entre mobilidade espacial e mobilidade social. Mesmo que houvesse um “tempo de adaptação” ou que se tivesse que passar um período nos setores tradicionais da própria economia urbana. (BRITO, 2009, p. 13).

O autor afirma que “Mudar de residência com a família para outro município ou estado era uma opção social consagrada pela sociedade e pela cultura, estimulada pela economia e com a possibilidade de se obter êxito na melhoria de vida”. Afirma ainda que,

Contudo, a história mostrou que eram muitos os migrantes, mas nem todos conseguiam transformar a sua esperança em realidade, apesar do dinamismo da economia e da abertura propiciada pelas mudanças em direção à modernização social. A sincronia, no tempo, entre os acelerados processos de urbanização, concentração urbana e metropolização, estimulada pelas migrações, contribuiu para uma extensa revolução urbana, que atravessou o país e marcou profundamente a sociedade moderna que emergia. Contudo, as desigualdades sociais, que historicamente têm sido uma característica da sociedade brasileira, tornaram-se mais agudas e se projetaram sobre o Brasil urbano e moderno. (BRITO, 2009, p. 14)

Segundo dados de 2010 do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população alagoana era estimada em aproximadamente três milhões de habitantes, divididos em 102 municípios (50% deles possuindo menos de 20 mil habitantes) e numa área de aproximadamente 27 milhões 767 mil e 661 km². A população residente nas áreas urbanas equivale a 67% da população enquanto 33% residem em áreas rurais. Aproximadamente 1(um) milhão de pessoas moram na capital Maceió. Esses dados nos mostram um reflexo, mesmo que tardio, de uma lógica nacional. A população urbana maior que a rural produziu um cenário de inchaço da cidade, refletindo entre outras questões, no déficit habitacional, que fomenta, por sua vez, as reivindicações do Movimento Terra Trabalho e Liberdade em

Alagoas. A tabela abaixo demonstra quantitativamente a realidade em torno do déficit habitacional em Alagoas.

Tabela 1 - Estimativas do déficit habitacional básico (1), por domicílio de 3 estados da Região Nordeste do Brasil – 2010. Adaptado da Figura (03) retirada da publicação do Instituto João Pinheiro, 2006.

ESPECIFICAÇÃO	DÉFICIT HABITACIONAL (1)			PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO TOTAL DOS DOMICÍLIOS		
	Total	urbana	rural	Total	urbana	rural
Maranhão	606.344	274.188	332.156	49,1	36,2	69,5
Região metropolitana	77.034	56.737	20.297	31,2	27,9	46,5
Municípios selecionados (2)	184.577	102.925	81.652	46,0	35,3	74,4
Demais municípios	344.733	114.526	230.207	58,7	43,7	70,9
Alagoas	133.718	83.786	49.932	20,6	18,2	26,5
Região metropolitana	43.887	41.825	2.062	18,1	17,7	29,9
Municípios selecionados (2)	26.004	17.120	8.884	19,1	17,0	25,0
Demais municípios	63.827	24.841	38.986	23,6	20,0	26,7
Bahia	608.895	370.540	238.355	19,2	16,8	24,9
Região metropolitana	104.878	102.626	2.252	13,2	13,1	19,4
Municípios selecionados (2)	195.977	141.823	54.154	20,4	18,5	28,4
Demais municípios	308.040	126.091	181.949	21,8	19,1	24,1

Fonte: Dados básicos do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE), Censo Demográfico, 2000.

- (1) Déficit habitacional básico se refere à soma da coabitação familiar, dos domicílios improvisados e dos rústicos. Pode haver dupla contagem entre os cômodos (componentes de coabitação familiar) e as estimativas de domicílios rústicos, feitas através de método indireto, possibilidade pouco provável, em função do conceito desses dois componentes.
- (2) Municípios com população urbana das sedes igual ou superior a 20 mil habitantes, exceto os localizados em regiões metropolitanas.

O conceito de déficit habitacional utilizado está ligado diretamente às deficiências do estoque de moradias. Engloba tanto aquelas moradias sem condições de serem habitadas, devido à precariedade das construções ou em virtude de terem sofrido desgaste da estrutura física e que devem ser repostas, quanto à necessidade de incremento do estoque, decorrente da coabitação familiar ou da moradia em locais destinados a fins não residenciais. O déficit habitacional pode ser entendido, portanto, como “*déficit por reposição do estoque*” e como “*déficit por incremento de estoque*”. (Fundação João Pinheiro, 2006, p. 7) Os dados acima apontam para uma realidade ocasionada pela falta de políticas públicas na área da habitação e também por algumas políticas desenvolvidas pela indústria da cana-de-açúcar que expulsou número significativo de moradores das agrovilas existentes em Alagoas.

Paulo Décio Melo (2002) afirma que houve um período marcante no que concerne a migração para áreas urbanas em Alagoas. E que o fim das agrovilas existentes nas usinas de

cana-de-açúcar, que era bastante acentuada entre o fim dos anos de 1980 e início da década de 1990 é um importante período para analisar a questão da falta de habitação nas áreas urbanas. Mello (2002) afirma, por exemplo, que “a Usina Uruba localizada no município de Atalaia-AL, adquirida pelo Grupo João Lyra³, é um exemplo dessa política. Segundo o autor, foi derrubada aproximadamente 90% das casas existentes no interior de suas propriedades”. (MELLO, 2002, p. 102).

A migração para áreas urbanas que ocorreram durante esses períodos que citamos é um marco importante para entendermos as pautas do Movimento Terra Trabalho e Liberdade em Alagoas. Segundo o programa político desse movimento, haveria uma necessidade de “recrutar” os indivíduos que um dia residiram em áreas rurais e que estavam morando em áreas urbanas, para a “volta a casa”. Esse discurso que durante a pesquisa era muito presente entre os dirigentes do movimento, em certo período, generalizou-se nos acampamentos sem-terra do MTL. A busca pela “identidade perdida” pelo processo de migração fomentada pelas dinâmicas do capitalismo se tornou um discurso político fundamental para as mobilizações desse movimento. O entendimento de lutar por reforma agrária deixava de ser apenas uma questão da esfera do trabalho e da busca pelo fim das desigualdades sociais e redistribuição de terras em áreas rurais, tornou-se também uma questão de identidade. Ou seja, a mobilização de significados construídos coletivamente ativa esse pensamento em torno da identidade. (MELUCCI, 2001).

Tomando essa primeira reflexão, nos direcionamos a pensar sobre o que queríamos discutir no trabalho. Inicialmente pensamos nos sentimentos de pertença ao movimento, no caso, do Movimento Terra Trabalho e Liberdade. Mas chegamos à ideia de que não era essa a questão sociológica, mas sim, pensar como funcionava a questão da identidade do local, rural ou urbano. Estar no movimento era apenas um instrumento de voltar as suas origens, e entendemos que o movimento tinha esse sentido, ou seja, potencializar o imaginário do passado em um determinado lugar, era um mecanismo de mobilização social destes sujeitos.

Durante a pesquisa, houve um acréscimo de pauta no Movimento Terra Trabalho e Liberdade. Não era apenas a questão rural que estava em jogo, mas também a questão urbana. Essa mudança surgiu a partir do momento em que os dirigentes desse movimento percebem o esvaziamento dos acampamentos rurais, e que as pessoas que integravam o movimento, estavam durante a semana na cidade e, que apenas nos finais de semana estavam nas áreas

³ Grupo João Lyra é um dos maiores produtores de cana-de-açúcar do nordeste brasileiro e desenvolve suas principais atividades industriais e de plantação em Alagoas/Brasil.

rurais. Ou seja, entre o campo e a cidade, entre o rural e o urbano se construíram significados, e para tentar manter a mobilização dessas pessoas, como recursos humanos, o movimento criou um acampamento urbano. A ocupação urbana realizada por um movimento social em Maceió era até então algo inédito, e por conta dessa questão, mobilizou a maioria das instituições do estado, pondo em xeque a mobilização urbana e algumas lideranças do movimento. Mesmo ocorrendo momentos de tensão e de violência pela polícia, o acampamento permaneceu, dando início a um novo ciclo de análise.

Diante desta realidade na atuação do Movimento Terra Trabalho e Liberdade, consideramos que poderíamos elaborar para as entrevistas perguntas que nos fornecessem elementos dessa complexidade, ou seja, o discurso pela identidade apresentada pelo movimento. Quando nos remetemos a Alberto Melucci (2001) e tentamos compreender as dimensões existentes no campo da identidade, concordamos com o autor quando ele enfatiza o sentimento de solidariedade e de integração como sendo um elemento importante no contexto das ações e dos interesses coletivos. Ou seja, reivindicando o rural ou o urbano, é necessário que esses mecanismos sejam potencializados, independente de qualquer questão de natureza objetiva. O Movimento Terra Trabalho e Liberdade propôs esse laço e permitiu que sujeitos que gostassem de reivindicar moradia na cidade, também pudessem reivindicar terra em áreas rurais. Esse fato tornou o movimento híbrido, sem identidade definida, apenas inflando os laços de solidariedade e explorando as subjetividades existentes entre os membros que estavam acampados, ou seja, querendo a cidade como lugar de “trabalho” e de “viver o cotidiano de oportunidades”, e o campo como um lugar de viver o imaginário do “descanso”, do “sossego” e do “trabalho prazeroso”. Nesse sentido Melucci afirma que:

A identidade coletiva é um processo que envolve três mecanismos para sua definição/constituição: a definição cognitiva concernente a fins, meios e campo da ação; a rede de relacionamentos ativos entre os atores que interagem, comunicam-se, e influenciam uns aos outros, negociam e tomam decisões; e, finalmente, a identidade coletiva requer um certo grau de investimento emocional, no qual os indivíduos sintam-se, eles próprios, parte de uma unidade comum. (MELUCCI, 1995 *apud* GONH, 1997, p. 159).

A metodologia de organização do Movimento Terra Trabalho e Liberdade são os Núcleos de Famílias. São nos NF's que as discussões em torno das mobilizações, reivindicações e o sentimento de pertença ao lugar são potencializados. Os NF's são entendidos como uma rede interligada de relações humanas, cujas trocas devem promover o intercâmbio de experiências entre os indivíduos e grupos, fortalecendo-os mutuamente, numa perspectiva que pode apontar numa evolução/revolução nas relações entre as pessoas, seja de

caráter político, social, econômico, cultural ou de gênero. (MTL, 2003) Ao compreendermos as dimensões do funcionamento dos NF's conseguimos identificar que a questão da identidade começa a tornar-se sólida. Quando os dirigentes do movimento aplicaram a metodologia de forma mais sistemática, foi possível observar que a questão do local, campo e cidade perdia em alguma medida o foco, para então, sedimentar os laços de pertença e solidariedade no movimento.

Compreendendo essa mudança no discurso dos sujeitos pertencentes ao movimento, também conseguimos identificar maior participação dos sujeitos em reuniões, assembleias e passeatas, como também o envolvimento nas atividades políticas e sociais dos acampamentos. Aplicados no campo e na cidade os NF's possibilitaram ainda mais a relação entre os sujeitos e o lugar, dando uma dinâmica de pertença com duplo sentido. Essa questão enriqueceu nossas análises na medida em que as conquistas sociais aconteciam, pondo em xeque a questão da identidade, dos laços e do lugar, enfatizando as relações de poder dentro do movimento e as relações de conflitos.

CONCLUSÃO

Nosso artigo tentou apresentar alguns cenários, e as dinâmicas do Movimento Terra Trabalho e Liberdade em Alagoas, enfatizando de forma ilustrada como a questão da identidade foi mobilizada por esse movimento e seus reflexos no cotidiano de lutas sociais em Alagoas. Apresentamos algumas contradições em torno da identidade que nos pareceu ser importantes para a reflexão e que em certo sentido foram surgindo de forma gradual à observação participante que realizamos. Durante o período de observação, percebemos que o movimento passou por três etapas: de diagnóstico e elaboração do discurso, mobilidade do discurso da identidade e efetividade da extensão do movimento, ocorrendo sinais de disputas em torno do poder e relações de conflitos.

Diante das dinâmicas “campo e cidade” existentes nesse movimento, identificamos algumas estratégias, como por exemplo, a construção de redes de solidariedade entre esses dois setores, que buscava uma integração e uma identidade. Como também conseguimos compreender que o processo migratório que ocorrera no nosso país possibilitou que o Movimento Terra Trabalho e Liberdade mobilizasse um discurso com o qual muitos dos sujeitos pertencentes a esse movimento social se identificava, ou seja, o discurso das raízes com o lugar. Esse elemento foi fundamental para conceber uma forma de diálogo com esses

sujeitos, dando a possibilidade de estar lutando em duas frentes, a da Reforma Agrária e a Luta por Moradia.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

ATHAYDE, A. S. de. *Cidade de Lona: uma luta por moradia*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2008.

BEM, A. S. A Centralidade dos movimentos sociais. *Cadernos Centro de Estudos Educação e Sociedade*, Campinas, Vol. 27, n. 97, p. 1137-1157, set/dez. 2006.

BRITO, Fausto. *As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

DAGNINO, E. O Cultural e o Político nos Movimentos Sociais Latino-Americanos. In: ALVARÉZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (Org.) *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

DURHAM, E. *A caminho da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

FERREIRA, R. V. L. *Os Movimentos sociais em Alagoas: aspectos políticos das associações comunitárias*. Maceió: EDUFAL, 1997.

FOUCAULT, M. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. *Déficit Habitacional no Brasil*. 2. ed. Brasília, 2006.

GOHN, M. da G. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

HAGUETTE, T. *Metodologias qualitativas na sociologia*. 11.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Paz e terra, 1985.

Marx, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro 1, Volume 1. Ed. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 1994. Tradução: Reginaldo Sant' Anna.

MELLO, P. D. de A. *Reestruturação produtiva na atividade canavieira: ação sindical e dos movimentos sociais rurais em Alagoas a partir de 1985*. 2002– Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais?. *Lua Nova* [online]. 1989, n.17, pp. 49-66. ISSN 0102-6445.

MOVIMENTO TERRA TRABALHO E LIBERDADE. *Documento de fundação: nova estratégia socialista*. Goiânia, agosto 2002.

_____. *Núcleos de Famílias: caderno de estudo para implementação Nacional*. 2003.

OLIVEIRA, E. A. F. de. *As Associações Comunitárias em Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 1997.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ. *Déficit habitacional e urbanização de Maceió*. Maceió: Prefeitura Municipal de Maceió, 2000.

RODRIGUES, Cibele Maria Lima. “*Daqui não saio, daqui ninguém me tira*”: estudo de caso do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto), para além da dicotomia entre identidade e estratégia. Dissertação (Mestrado em sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Recife, 2002.

_____. *Cultura política e Movimentos Sociais: as lutas possíveis*. 2009. Tese (doutorado em sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Recife, 2009.

ROESE, Mauro. A metodologia do estudo de caso. In: *Cadernos de Sociologia*. PPGS-IFCH/UFRGS.V. 9, p. 189-200. Porto Alegre: 1998.

RUDIO, F. V. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

SILVA, N. R. da; MOURA, T. C. V. de N. *Organizações não-governamentais e movimentos sociais populares em Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 1997.

_____. Um objetivo para os movimentos sociais?. *Lua Nova* [online]. 1989, n.17, pp. 49-66. ISSN 0102-6445.

VIEIRA, M. do C. “*Daqui só saio pó*”: conflitos urbanos e mobilização popular: a Salgema e o Pontal da Barra. Maceió: EDUFAL, 1997.